

O Anti-Americanismo Americano: Chomsky

Bruno Cardoso Reis

Chomsky é um paradoxo por mais do que uma razão. Considera-se um *outsider*, no entanto, é um professor catedrático numa das mais prestigiadas universidades norte-americanas, é um professor de linguística que se tornou um referência consensual no seu campo, mas que se tem destacado como um crítico feroz e controverso da política externa norte-americana, enfim, um norte-americano muito apreciado pelo anti-americanismo.

Este livro faz uma útil recolha de artigos dispersos de Chomsky do período de 1985 a 1999 (metade são deste último ano), traduzidos para o francês. A forma de publicação corresponde ao cariz panfletário dos mesmos – formato reduzida e grafismo alternativo. Infelizmente parece também ter redundado num certo amadorismo na edição, traduzido em muitas gralhas no texto e até relativamente à datas dos artigos, essencial para os situar.

Mais do que convencer, Chomsky procura agitar. Mais do que converter os descrentes, o famoso intelectual norte-americano procura animar as suas hostes, e fornecer-lhes todo o tipo de argumentos para prosseguirem a sua luta. Esta é portanto uma obra em que encontra do melhor e do pior. Ou seja, factos desagradáveis expressos com cristalina clareza, e distorções gritantes da realidade ao serviço de um discurso militante. Para além de inúmeras passagens, no mínimo, altamente controversas.

Desse ponto de vista a apologia de Chomsky por Jean Bricmont no prefácio parece-nos equívoca. Ela é justificada pelo que o professor universitário francês classifica de estranhas reservas francesas face ao autor, que atribui a um erro tático (estranha forma de defesa de alguém que parece remeter a tática para o campo do mal) do norte-americano resultante da concepção radical de liberdade de expressão predominante nos EUA no seu envolvimento no caso Faurisson.^{1[1]} Em Portugal seriam desnecessárias tais preocupações, dado o papel pioneiro de Chomsky na promoção da causa de Timor-Leste nos EUA. Em todo o caso, a apresentação do professor universitário norte-americano por Bricmont como um cartesiano, talvez sirva para caracterizar a sua postura ao nível da linguística (disciplina que lecciona no MIT, e em que tem várias obras de referência), mas não ao nível das suas análises das relações internacionais, que é do que trata o texto presente. Ele é tudo menos isento, imparcial ou frio na sua análise da política externa norte-americana.

Damos apenas um exemplo do que de melhor e pior se pode encontrar nesta obra para ilustrar o que acabamos de referir.

A sua análise das opções norte-americanas na América Latina merece consideração. Ela deixa clara a aposta sistemática em regimes militares autoritários que se considerava darem mais garantias de combate às influências soviéticas e de protecção aos investimentos das multinacionais norte-americanas. De facto, restam poucas dúvidas de que os EUA, durante a Guerra Fria, dividiram o mundo em áreas

em que fazia sentido apostar na democracia e em relações equilibradas e outras em que a prioridade era evitar a penetração comunista. Entre as primeiras estava a Europa Ocidental e o Japão.

Entre as segundas, a América Central e do Sul, a África e Ásia. Os regimes parlamentares nestas últimas regiões eram efectivamente muito frágeis, propensos a uma elevada instabilidade, e, pior ainda, vulnerável a ofensivas esquerdistas. Ou seja, não davam garantias de aguentar o embate de poderes externos hostis. Como terá comentado lapidariamente o presidente norte-americano F. D. Roosevelt a respeito do ditador nicaraguense, Anastácio Samoza: "He is a son of a bitch, but he is our son of a bitch!" Ou seja, se não era possível ter senão ditadores, os EUA deviam, ao menos, assegurar-se de que tinham os ditadores que lhes convinham. O que evidentemente teve custos imediatos em termos dos direitos humanos nesses países e na popularidade norte-americana no longo prazo.

No entanto, na análise da América Latina por Chomsky não faltam os excessos de entusiasmo militante a distorcer as coisas ou a afastar dados inconvenientes. Um bom exemplo da falta de rigor do autor é a forma como ele apelida a ditadura militar brasileira dos anos 60 e 70 de "regime nazi". A que título? Ele não o explica. Nem o poderia fazer, a não ser que considere todos os regimes ditatoriais de direita como tal. E um bom exemplo da forma como Chomski ignora dados inconvenientes é o facto de comentar o conflito entre Reagan e os Sandinistas como algo inevitável, resultado da intransigente má-vontade da Administração norte-americana face a qualquer regime que procurasse mudar as condições de vida dos pobres na América Latina.

Hoje é reconhecido pelos próprios Sandinistas que lhes foi proposto pelos EUA no início da revolução um acordo mútuo de não-intervenção (não haveria apoio norte-americano aos sectores nicaraguenses hostis à revolução, e os sandinistas também não dariam apoio à guerrilha nos países vizinhos, e não receberiam ajuda militar soviética). Esta «modelo Finlandês» não resultou devido ao entusiasmo internacionalista dos sandinistas (Cf. Stephen Kinzer, «Country Without Heros», *New York Review of Books*, 17/07/ 2001, p. 31 ss). Mas prova que os EUA de Reagan estavam dispostos a conviver com um regime ideologicamente hostil, desde que ele aceitasse certas restrições a nível da sua postura externa no sentido de a conciliar com os interesses estratégicos globais de Washington. Ou seja, a realidade não é tão a preto e branco como Chomsky a pinta.

Chomsky é especialmente forte a denunciar as incongruências entre os ideais norte-americanos quanto à política externa, com lugar destacado nos discursos públicos, e a sua tradução prática. No entanto, as comparações a que ele sistematicamente recorre relativamente às reacções norte-americanas que ele considera diferentes face a situações que ele considera semelhantes em diferentes partes do mundo, podem ter maior ou menor pertinência, escondem a necessidade de fazer uma pergunta e uma comparação fundamentais. A pergunta consiste em saber se é possível existir um sistema mundial sem potência hegemónicas?

A resposta é que, até ao momento, tal nunca se verificou. A comparação que falta fazer é entre o comportamento dos anteriores poderes hegemónicos (desde Portugal até ao Reino Unido) e os EUA. O que desde logo ressalta como diferença fundamental é o facto de ter assumido o seu papel relutantemente (esperou duas décadas a partir da I Guerra Mundial, para assumir e desenvolver plenamente as consequências do predomínio económico e militar norte-americano que já então era evidente). Quanto a ter como referência um ideal moral e não o simples interesse

nacional, esse é um ponto comum a todos os Estados hegemónicos ao nível do sistema mundial ou candidatos a tal, desde a cruzada missionária dos portugueses, até ao fardo civilizador do homem branco dos britânicos.

Certamente que todos ficaram aquém desses ideais, mas isso não é mais do que o reflexo da tendência comum a todos os homens de traçarem o seu auto-retrato à melhor luz possível. É interessante e corajoso que seja um norte-americano a insistir em estragar a festa, mas não se espere encontrar em Chomsky grandes alternativas para resolver questões difíceis como a crise actual pós-11 de Setembro. Não ser que se acredite na possibilidade de criar um homem novo perfeito, como parece ser ainda o caso deste autor, dada a violência das suas críticas às imperfeições humanas que nem sempre brilham pelo rigor factual.

[1] Trata-se de um professor francês excluído da universidade por negar o Holocausto, e que Chomsky defende em nome do princípio absoluto da liberdade de expressão.